

Decisão de Gilmar que blinda STF gera reação do Congresso

Davi Alcolumbre disse a aliados estar revoltado com a situação

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), manifestou a aliados estar revoltado com a decisão liminar (provisória) do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu trechos da Lei do Impeachment que tratam do afastamento de ministros da Corte.

Parlamentares da oposição afirmam que a iniciativa blinda os ministros e enfraquece o poder do Senado, enquanto aliados de Alcolumbre dizem que a decisão deve receber uma resposta do Legislativo.

PEC

Partidos como PL e Novo recolhem assinaturas para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em reação à decisão – até o momento há 66 signatários dos 171 necessários para o protocolo.

A lei é de 1950, e Gilmar considerou incompatível com a Constituição um artigo que permite a qualquer cidadão apresentar denúncia para abertura de impeachment contra magistrados do Supremo. Ele decidiu que essa atribuição cabe apenas ao chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), função atualmente exercida por Paulo Gonet, e ainda elevou o quórum para aprovação do afastamento pelo Senado.

Atualmente, qualquer cidadão pode apresentar um pedido de impeachment dos ministros, e cabe ao presidente do Senado autorizar o início do processo.

A decisão de Gilmar Mendes será levada ao plenário do STF em sessão virtual agendada para começar no próximo dia 12 e se encerrar no dia 19.

Arguições

A liminar foi proferida a partir das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1259 e 1260, apresentadas pelo partido Solidariedade e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O Solidariedade, comandado pelo deputado Paulinho da Força (SP), direcionou a Gilmar a ação. O parlamentar é um dos deputados mais próximos dos ministros do Supremo.

A ação foi apresentada em setembro, quando já corria na Câmara a informação de que Paulinho seria o relator do projeto de lei da anistia, em uma articulação para que a Casa aprovasse apenas uma redução de penas, não um perdão total, a condenados pela tentativa de golpe no governo Bolsonaro.



Alcolumbre reclamou com Paulinho da Força sobre a ação

A medida de Gilmar, queixou-se Alcolumbre a aliados, esvazia suas prerrogativas. Ele estava reunido com Paulinho no momento em que saiu a decisão.

Interlocutores do deputado dizem que o presidente do Senado o questionou sobre a ação e reclamou que a decisão enfraquece o Legislativo perante os outros Poderes. Paulinho respondeu que apresentou a ação há meses, antes dos embates de Alcolumbre com o governo.

Seu objetivo seria blindar os ministros contra a investida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados, que buscam fomentar o impeachment de integrantes do Supremo para retirá-lo da prisão. Bolsonaro já declarou publica-

mente que sua meta na eleição de 2026 é eleger a maioria do Senado para pressionar o STF.

Procurado, Alcolumbre não respondeu. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também não quis fazer comentários.

Reação

Aliados do presidente do Senado afirmam que deve ocorrer uma reação mais dura ou uma tentativa de alterar a legislação para que a Casa retome a prerrogativa.

Em entrevista à imprensa nessa quarta, deputados e senadores de oposição, sobretudo do PL e do Novo, anunciaram a iniciativa da PEC para estabelecer na

Constituição que qualquer cidadão possa requerer o impeachment de ministros do Supremo no Senado.

"Novamente alguns ministros do Supremo tentam rebaixar e usurpar a função do Poder Legislativo, sem qualquer justificativa constitucional", disse em nota o deputado Marcel van Hattem (RS), líder do Novo.

Um correligionário de Alcolumbre diz que a decisão de Gilmar esvazia o poder da presidência do Senado e faz com que ele perca o poder de influenciar o Supremo, já que, agora, dependerá de uma iniciativa do PGR.

Para esse parlamentar, o ministro aproveitou a disputa entre Alcolumbre e o governo

Lula (PT) em torno da escolha do novo ministro do STF para decidir sobre a alteração, já que ficaria mais difícil para o Senado brigar com os dois lados ao mesmo tempo.

Para o líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), a decisão de Gilmar "configura um fato institucional de elevada gravidade". "Cria-se um precedente que fragiliza o sistema de controle mútuo instituído pela Constituição", diz em nota.

Marinho afirmou ainda que Gilmar "ecoa o absolutismo" do rei Luís 14 da França e que o Brasil não é uma monarquia. "A decisão tende a reduzir a sujeição da Corte a mecanismos de responsabilização, abrindo espaço para uma blindagem incompatível com o Estado de Direito e com a Constituição", completa.

Nos últimos anos, partidos têm discutido a possibilidade de formar em 2026 uma composição no Senado que permita o impeachment de ministros do STF. Os principais defensores são aliados de Bolsonaro.

Em outubro, a oposição no Congresso Nacional apresentou dois pedidos de impeachment contra ministros do STF, um atingindo Flávio Dino e outro Alexandre de Moraes.

Em nota, o Solidariedade celebrou a decisão. "Em um Estado de Direito, não se pode afastar um membro do Poder Judiciário por simples discordância em relação ao mérito de suas decisões. Por isso, celebramos a relevância deste julgamento histórico para a democracia."

Rapahel Di Cunto, Caio Spechoto e Carolina Linhares
(Folhapress)